

**“TÔ DE OLHO”:** A instituição de ensino superior na geração de capital humano e capital social.

**DANIEL FELIPE VICTOR MARTINS**

Universidade de Fortaleza - UNIFOR  
dfvicmar@gmail.com

**IZABELLE QUEZADO**

Universidade Estadual do Ceará  
izabellequezado@gmail.com

**ELLEN CAMPOS SOUSA**

UNICHRISTUS - Centro Universitário Christus  
ellensousa@yahoo.com.br

**RANDAL MARTINS POMPEU**

Universidade de Fortaleza - UNIFOR  
randal@unifor.br

**JOSIMAR SOUZA COSTA**

Universidade Federal do Ceará  
josimarscosta@gmail.com

**Área: Gestão Socioambiental  
Responsabilidade Social Corporativa (RSC)**

**“TÔ DE OLHO”: A instituição de ensino superior na geração de capital humano e capital social.**

**RESUMO**

O artigo tem como objetivo investigar o projeto social “Tô de Olho” na percepção do profissional assistido a partir dos princípios de capital humano e capital social. Para tal, fez-se uma pesquisa de natureza qualitativa com aplicações de entrevistas em profundidade, bem como análises e categorizações dos achados com o apoio do *Software* ATLAS Ti versão 7.2. Como resultado, constatou-se que a contribuição trazida pelo projeto “Tô de Olho” aponta indícios de que investimentos em capital humano propiciam situações favoráveis à autoestima dos indivíduos, aspecto não identificado em nenhum dos estudos aqui referenciados ou nas bases de periódicos pesquisadas.

**Palavras-chave:** Responsabilidade Social na Educação Superior. Capital humano. Capital social.

The article aims to investigate the social project “Tô de olho” (I'm Eye) in the perception of the assisted professional, based on the principles of human capital and social capital. For this purpose, a qualitative research was conducted with applications of in-depth interviews, as well as analysis and categorization of the findings with the support of ATLAS Ti software version 7.2 . As a result, it was found that the contribution brought by the project “Tô de olho” shows evidence that investments in human capital provide conditions conducive to the self-esteem of individuals, aspect not identified in any of the studies referenced herein or in the surveyed periodic basis.

**Keywords:** Social Responsibility in Higher Education . Human capital. Social capital.

## 1 INTRODUÇÃO

As Instituições de Ensino Superior (IES), em razão de sua relevância social e crescente expansão, são foco de investigação na seara acadêmica em pesquisas nacionais e internacionais (DIAS SOBRINHO, 2005). De acordo com dados atuais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), o número de matrículas em IES no ano de 2012 dobrou em comparação ao ano de 2002, com totais de 7,1 e 3,5 milhões, respectivamente (INEP, 2013). Considerando os dados de 2012, as universidades foram responsáveis por mais de 54% do total de matrículas, embora representassem apenas 8% do total de IES (GEA, 2013).

Segundo o artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988, para obter e manter o *status* de universidade, entre outros critérios, a instituição deve oferecer ensino, pesquisa e extensão. Explica-se tal articulação entre três pilares com base na necessidade de amparo à sociedade contemporânea, a partir de produção de conhecimento e resolução de problemas (MOITA; ANDRADE, 2013).

A referida expansão das IES, observada nos últimos anos, veio a requerer que o compromisso social das universidades, no tangente à atenção devotada à sociedade, fosse além da imposição legal. Assim, percebe-se que ações pautadas no termo “responsabilidade social”, já amplamente difundidas em ambiente empresarial, passaram a figurar com maior ênfase nas universidades brasileiras, considerando que “o sentido essencial da responsabilidade social da educação superior consiste em produzir e socializar conhecimento que tenha, não somente, mérito científico, mas também valor social e formativo” (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 28).

A socialização do conhecimento, na perspectiva de Vieira (2003), é inerente ao molde de conduta institucional que atende às camadas menos favorecidas da população. Entende-se que a atenção aos menos favorecidos, além da facilitação do ingresso de estudantes de baixa renda à universidade, como explana a autora, envolve ações de extensão a partir da socialização do conhecimento aplicado por meio de projetos em benefício dessa camada social.

Entende-se que prática da responsabilidade social no crescimento econômico, de acordo com o que explana Mincer (1958), pode transpor ganhos em capital físico e deter valores característicos de capital humano, como o desenvolvimento de habilidades, treinamento e educação de indivíduos. A partir dessa concepção, o termo capital humano passou a ser mais debatido e o seu conceito aceito em diversas áreas do conhecimento (BECKER, 2006), sendo, por vezes, associado ao capital social, uma vez que ambos relacionam-se com o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Assim, ações sociais que geram capital humano e capital social atribuem as instituições de ensino superior indiscutível relevância na formação de renda de indivíduo e, conseqüentemente, no desenvolvimento socioeconômico de comunidades.

Tal realidade é refletida na ascensão de artigos acadêmicos que promovem o debate em torno de projetos de responsabilidade social, desenvolvidas em instituições de ensino superior (e.g. PEREIRA, 2003; DIAS, 2005; CAIXETA; SOUSA, 2013). Alguns desses trabalhos incentivam a continuidade da investigação científica em torno das características teóricas e práticas inerentes a projetos sociais e sugerem possíveis abordagens para artigos futuros.

Este estudo apresenta abordagem qualitativa, é exploratório quanto aos fins e utiliza entrevista em profundidade, com roteiro semiestruturado, para coleta de dados. Foram utilizados dados de pesquisas que investigaram a atuação do referido projeto mediante a

análise de questionários aplicados a seus participantes, bem como dados dos projetos em análise fornecidos pela divisão de responsabilidade social da universidade.

A relevância desta pesquisa reside em compreender os benefícios de programas sociais. Ademais, por investigar resultados de um projeto social desenvolvido por uma universidade, poderá servir de referência para outras IES no que concerne a sua atuação de responsabilidade social. Este artigo pode, assim, contribuir para o conhecimento das possibilidades de atuação sustentável no que diz respeito à responsabilidade social voltada à educação superior.

Este trabalho apresenta uma revisão teórica sobre responsabilidade social nas instituições de ensino superior, bem como considerações em torno da capacitação profissional e desenvolvimento humano.

## **2 PROBLEMA E OBJETIVO DA PESQUISA**

Assim, considerando a relevância da responsabilidade social em atividades de extensão de universidades, visando à geração de desenvolvimento social e econômico, este trabalho tem a finalidade de responder a seguinte questão de pesquisa: Qual a percepção do profissional assistido pelo programa “Tô de Olho” a partir dos princípios de capital humano e capital social?

Em razão disso, tem-se como objetivo geral investigar o projeto social “Tô de Olho” na percepção do profissional assistido, a partir dos princípios de capital humano e capital social.

## **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **3.1 O paradigma da Responsabilidade Social nas empresas**

O paradigma que trata sobre as questões que envolvem os objetivos empresariais em torno do social é denominado de *Corporate Social Responsibility (CSR)* ou Responsabilidade Social Empresarial (RSE). Trata-se de um conceito que está em constante evolução, e que procura definir funções empresariais que vão além dos interesses econômicos (DAVIS, 1960). O debate da RSE tem sido amplamente discutido a partir do século XX e surge como uma preocupação das empresas com a sociedade frente às adversidades contemporâneas, de modo a promover a sustentabilidade social.

O conceito da RSE é inspirado e extraído fundamentalmente a partir princípios da Responsabilidade Social (RS), sendo explorado posteriormente por todo o mundo, com maior evidência de literatura e discussões nos Estados Unidos (CARROLL, 1999).

O debate em torno da RSE deu-se a partir do ano de 1953 mediante as contribuições de Howard Bowen em seu livro intitulado *Responsibilities of the Businessman* sobre o conceito de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), a partir do questionamento sobre quais responsabilidades os empresários poderiam assumir para a sociedade. Esses conceitos vieram a se consolidar por volta dos anos de 1960 quando surgiram novas definições, em especial pelas contribuições de Keith Davis sobre a responsabilidade social dos empresários e o papel da empresa perante as questões sociais, período este que ficou caracterizado como a era moderna da RSE (CARROLL, 1979; 1991; 1999). É importante destacar que a partir do período que consolidou a era moderna da RSE, uma série de definições e estudos sobre a temática surgiram de maneira recorrente (CARROLL, 1979; 1991; 1999; WOOD, 1991, GARRIGA; MELÉ, 2004; CARROL; SHABANA, 2010).

Carroll (1999) fez um estudo seminal sobre a evolução da RSE compreendido entre os anos de 1950 até 1990, propondo também possíveis alternativas de discussão sobre o tema. Atualmente, o tratamento sobre a RSE além de teórico constitui-se também por pesquisas e discussões empíricas, uma vez que é um tema inerente a realidade social contemporânea.

Tratar acerca da RSE denota levantar algumas questões propostas por Carroll (1979, 1991) no seu modelo intitulado “Pirâmide da Responsabilidade Social Corporativa”. A Pirâmide de Carroll foi definida em 4 (quatro) subdivisões, que são as responsabilidades: econômicas, legais, éticas e filantrópicas (CARROLL, 1979, 1991). Indubitavelmente, a racionalidade dessas 4 (quatro) categorias de responsabilidades são fundamentadas adequadamente segundo o argumento do autor, além de serem aplicáveis dentro de uma realidade da RSE na nossa atualidade, muito embora, tenha sido aperfeiçoada posteriormente por apresentar algumas limitações conceituais (SCHWARTZ; CARROLL, 2003).

Para Wood (1991) a RSE deve ser entendida como a representação da organização empresarial perante a sociedade, isto é, não somente como agente de interesse unicamente econômico, mas também voltado a uma mudança social. A RSE implica, portanto, no compromisso da empresa com os seus *stakeholders* com foco aos interesses universalistas ou coletivos da sociedade.

Assim, o paradigma da RSE contribui para o desenvolvimento da sociedade de maneira a criar valores no ambiente empresarial e vice-versa, além de constituir formar uma postura responsável necessária para a sociedade de nosso tempo.

### **3.2 A Responsabilidade Social na educação superior**

A Responsabilidade Social (RS) é uma temática inspirada a partir dos princípios éticos e morais discutidos pela Filosofia e áreas afins. Para Gomes (2007) a RS constitui uma necessidade de uma práxis social, que estimule o debate e a ação em torno dos problemas sociais de ordem global. Dentre outros, a RS proporciona também o debate de temas paralelos como é o caso da RS na educação superior, isto é, constituindo-se como uma necessidade social emergente como consequência direta da expansão da RSE (CALDERÓN, 2006).

O âmbito das práticas voltadas à RS na educação é fomentado pelo ambiente organizacional e constituído pela instituição de ensino superior, onde esta equivale ao ambiente de formação e aprendizagem a partir da troca de experiências, isto é, de conhecimento, de valores, de cultura, dentre outros.

Tomando como exemplo a RS na educação superior no Brasil, esta ganhou notoriedade no início da primeira década do século XXI, quando as Instituições de Educação Superior (IES) do setor privado adotaram em suas estratégias organizacionais e mercadológicas, o discurso da RS (CALDERÓN; PEDRO; VARGAS, 2011). O pressuposto da RS na educação superior deve considerar que cada IES deverá demonstrar sua utilidade social, bem como sua devida contribuição para o bem comum, isto é, para o coletivo social, constituindo como uma das exigências referentes à inclusão social.

Os projetos sociais são casos e ações praticados no âmbito da educação superior, estes projetos configuram-se como eficientes estratégias institucionais. Vale destacar que para Delors (1998) os projetos sociais possibilitam o desenvolvimento de valores éticos, morais e cidadãos, como também de conhecimento e formação necessárias à formação profissional e no desenvolvimento de competências.

O debate sobre a RS na educação superior torna-se de fundamental importância para a própria IES, para o Estado e para a sociedade, uma vez que o resultado oriundo da contribuição social permitirá segundo Wood (1991) o reconhecimento das práticas responsáveis como agente de mudança social. Ainda assim, o debate em torno da

responsabilidade promovida pelas IES possui como característica a evidência de fomentar o desenvolvimento da sociedade a partir da superação do espaço entre as variáveis econômicas e sociais possibilitando condições sustentáveis.

A participação das universidades frente às questões sociais é regulada pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) conforme a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 e suas ações são avaliadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Segundo Mathias (2004) a partir da LDB e com incentivos políticos, foram implementados instrumentos de avaliação do ensino superior. Dessa forma, o Sinaes possui como principal objetivo avaliar as instituições ensino superior, bem como todo o seu portfólio educacional que dentre eles destacam-se os cursos, alunos, qualidade do ensino, desempenho acadêmico etc. (SINAES, 2004).

Portanto, o crescimento da RS na educação superior é promovido pelas IES que procuram estabelecer o desenvolvimento social de maneira a firmar o compromisso com a sociedade, assim a RS das IES compreende uma posição de preocupação com as necessidades da sociedade.

A RS na educação superior contribui para o desenvolvimento sustentável da sociedade, amenizando a desigualdade social e promovendo a inclusão. Implica na adoção de um processo de desenvolvimento social a partir de ações voltadas ao aperfeiçoamento profissional e difusão do conhecimento direcionado à comunidade (POMPEU; MARTINS,). Portanto, a IES torna-se agente de promoção da qualidade de vida dos envolvidos na formação do capital humano.

### **3.3 Capital Humano**

O capital humano é o resultado de investimentos feitos na formação educacional e profissional do indivíduo, tornando-o mais produtivo e, conseqüentemente, gerando uma melhor renda, na concepção de Andrade (2010). Desta forma, a teoria do capital humano defende que a educação, entendida como o nível de qualificação do indivíduo, torna as pessoas mais produtivas, o que gera um aumento dos salários, influenciando no progresso econômico. Este capital humano mostra-se como uma possibilidade na busca da redução das desigualdades sociais e do desenvolvimento das economias regionais (VIANA; LIMA, 2010).

As investigações em torno do Capital Humano tiveram início com os trabalhos pioneiros de Ted Schultz, Jacob Mincer, Milton Friedman, Sherwin Rosen e outros professores da Universidade de Chicago, e, com os trabalhos de Gary Becker foram popularizados (BECKER, 1993).

O estudo de Mincer (1958) apresenta um modelo empírico para constatar que a teoria do crescimento econômico contém outras variáveis além do capital físico, que trazem valores de capital humano. No decorrer das décadas, o termo capital humano passou a ser mais debatido e o seu conceito aceito em diversas áreas do conhecimento. Admite-se, como capital humano, fatores como habilidade, treinamento, educação e saúde, pois são parte integrante da constituição de um indivíduo, assim como uma máquina, uma planta ou as obras industriais fazem parte do capital de uma empresa (BECKER, 2006).

Alguns autores apresentam evidências com forte relação entre crescimento econômico e o nível de capital humano, com destaque a estudos regionais (VIANA; LIMA, 2010). No âmbito do Estado do Ceará, o estudo de Fontenele, Moura e Leocadio (2011) verifica a contribuição positiva do capital humano, especificamente investimentos em educação, no crescimento e desenvolvimento dos municípios. O resultado desta pesquisa corrobora outras pesquisas regionais, como o de Oliveira (2006), Oliveira Silva (2006), Irfi *et al.* (2009) e Barreto e Almeida (2009), que também encontraram essa relação positiva (FONTENELE; MOURA; LEOCADIO, 2011).

Estudos como o de Viana e Lima (2010) reforçam a influência que o capital humano exerce sobre o crescimento econômico. Acredita-se que ao dimensionar o capital humano pelo nível de educação, tem-se uma atuação significativa no desempenho regional. Quando o estado ou as empresas investem em capital humano, suscitarão, no decorrer do tempo, um bem estar social, tanto para os indivíduos que compõe a força de trabalho, quanto para a sociedade como um todo. De forma simples, afirma-se que o capital humano permite ao trabalhador uma melhoria na sua renda e conseqüentemente em sua qualidade de vida (VIANA; LIMA, 2010).

Concebe-se então a educação como fator propulsor de capital humano e conseqüentemente de desenvolvimento econômico da localidade em que o indivíduo estiver inserido. Para Souza Filho (2010), o indivíduo é o instrumento para o desenvolvimento do mercado e havendo a ampliação da educação, permite-se que haja inclusão das camadas sociais excluídas nesse desenvolvimento. O autor fortalece a importância da educação como função social para a comunidade.

### **3.4 Capital Social**

O capital humano e o capital social são dimensões complementares e essenciais. Ambos relacionam-se com o desenvolvimento sustentável da sociedade, de acordo com Mondragon, Mata e Calderon (2011). Estes autores conceituam capital social como o processo pelo qual se promovem valores éticos e virtudes sociais e pessoais com o intuito dos indivíduos unirem esforços para alcançar resultados. Essa união constrói confiança, cooperação, comunhão de esforços e reciprocidade. Saiz e Jimenez (2008) também defendem que o capital social expressa o valor de práticas informais de conduta e das relações baseadas na reciprocidade e confiança. De acordo com Coleman (1990), o capital social ocorre quando se tem mudanças nas relações entre os indivíduos que facilitam a ação.

Um dos principais teóricos que conceituam capital social é Bourdieu (1985), que o entende como a associação de recursos efetivos ou potenciais associados a se deter uma rede durável de relações, com maior ou menor grau de institucionalização e que tenha conhecimento ou reconhecimento recíproco. Para o teórico, as redes sociais passam por um processo de construção, tendo de haver confiança entre os indivíduos, com o intuito de busca de outros benefícios.

Na concepção de Coleman (1990), o capital social pode ser enquadrado de três formas. A primeira se refere aos níveis de confiança, que concebe o capital social elevado se existe um alto nível de confiança entre os membros de um grupo de indivíduos. A segunda forma está relacionada com o desenvolvimento de canais de informação e de ideias e propagação dos mesmos. A terceira forma reforça a busca da coletividade, ao fazer referência às situações em que os indivíduos buscam o bem coletivo em primeiro lugar.

Traçando um comparativo, tem-se que o desenvolvimento econômico acontece devido ao capital humano criar mudanças nos indivíduos, tornando-os capazes de agir de novas maneiras. Desta forma, entende-se o capital físico como inteiramente tangível e observável, pois é incorporado na forma de material que facilita a produção, enquanto o capital humano é menos tangível, sendo incorporado pelas habilidades e conhecimentos que cada indivíduo adquire. Já o capital social individual é menos tangível ainda, pois ele pode ser percebido na relação entre os indivíduos. Embora sejam três conceitos bem diferentes, todos facilitam a atividade produtiva (COLEMAN, 1990).

O desenvolvimento do capital social depende de valores, costumes, crenças e cultura de cada sociedade, por isso ele pode ser constituído a partir de diferentes instâncias. Desta forma, a educação exerce um importante papel, relacionando-se positivamente com o capital

social. No entanto, as instituições de ensino públicas e privadas e a sociedade em geral têm reconhecido a aquisição do conhecimento, que gera o capital humano como valor máximo, ignorando os benefícios do capital social. Ressalta-se que uma das funções fundamentais do capital social é a formação de indivíduos enquanto cidadãos responsáveis que visam não apenas o benefício próprio, mas o da sociedade como um todo (MONDRAGON; MATA; CALDERON, 2011).

Na compreensão dos autores Silva, Lourenço e Salanek Filho (2006), percebe-se mais claramente o significado da conceituação de capital social frente aos outros tipos de capital, pois explica de forma mais clara a interação das estruturas sociais e da ação humana. Estes autores entendem como componentes-chave do capital social as redes de relacionamentos e altos níveis de confiança entre os seus atores. O capital social fica entendido como as redes de agentes econômicos envolvidos em atividades de mercado e a confiança que eles possuem reciprocamente.

#### 4 METODOLOGIA

Para se atender ao objetivo desta pesquisa, identificou-se como adequado utilizar como apoio o método qualitativo, por ser o indicado para analisar dados que não se podem mensurar, como sentimentos, impressões, percepções e intenções (Pinheiro *et al.*, 2004). Na concepção de Bauer e Gaskell (2002), a pesquisa qualitativa busca informações mais precisas utilizando como base os métodos descritivo e interpretativo.

A pesquisa foi baseada na análise de discurso, que ambiciona a compreensão da mensagem e de seu sentido. Para esta análise, algumas características devem ser consideradas, como por exemplo: a observação do significado explícito e implícito da mensagem, a interpretação do discurso promovido por outros (considerando-se, assim, a subjetividade do pesquisador) e a necessidade de sensibilidade por parte do pesquisador para a devida percepção acerca do discurso e para relacioná-lo, então, ao que está sendo investigado (VERGARA, 1995).

Para a coleta de dados, foi realizada entrevista individual em profundidade, utilizando o recurso de gravação de áudio, com a permissão dos entrevistados, para que nenhuma informação fosse perdida. O instrumento de coleta utilizado foi um roteiro de entrevista semiestruturado, por ser a melhor técnica para atender aos objetivos propostos. Esta técnica utiliza um roteiro com questões de interesse da pesquisa, exploradas pelo pesquisador na medida de seu desenvolvimento (GIL, 1993). O roteiro foi elaborado a partir da teoria estudada sobre capital humano e capital social, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Categorias da Análise de Conteúdo

DIMENSÕES	CATEGORIAS PARA ANÁLISE
CAPITAL HUMANO	Desenvolvimento econômico
	Educação
CAPITAL SOCIAL	Confiança
	Redes de relacionamento
	Busca da coletividade



	Cooperação união de esforços
	Valores éticos

Fonte: Dados da Pesquisa Teórica

Os dados foram coletados no mês de abril de 2015 com uma amostra de oito guardadores de carros residentes de uma comunidade carente, participantes do projeto Tô de Olho, desenvolvida por uma universidade cearense. O universo de guardadores de carros que compõe este projeto totaliza 43. As entrevistas foram realizadas até o momento em que foi percebido pelos pesquisadores que as narrativas não apresentavam informações adicionais, ou seja, o ponto de saturação teórica foi atingido (CHAMON, 2007), não sendo mais necessária a realização de novas entrevistas.

As entrevistas foram todas transcritas na íntegra e tratadas por análise de conteúdo, utilizando o *software* Atlas Ti versão 7.2. Para a análise deste trabalho, os sujeitos são identificados pelo nome Flanelinha, seguido pela ordem de pesquisa e ainda por sua idade, como no seguinte exemplo: (Flanelinha 1, 18).

## 5 ANÁLISE DOS DADOS

Os sujeitos da pesquisa são apresentados por oito guardadores de carros, também conhecidos popularmente como “flanelinhas”, sendo sete homens e uma mulher, residentes de uma comunidade carente da cidade de Fortaleza (Ceará). A idade dos entrevistados compõe uma faixa etária de 18 a 44 anos, e a renda familiar varia entre R\$ 300 e 1.200 reais. Todos os entrevistados afirmaram que os ganhos com a atividade de vigia e lavagem de carro são a única ou a principal fonte de renda. Todos os flanelinhas são assistidos pelo projeto “Tô de Olho”, desenvolvido e regulamentado por uma universidade cearense.

O projeto “Tô de Olho” foi instituído por uma instituição de ensino superior cearense no ano de 2006 e possui como principal filosofia contribuir com a inclusão social a partir do desenvolvimento pessoal e profissional dos flanelinhas atuantes no entorno do *campus*. O projeto, por sua vez, é configurado a partir da oferta de cursos de capacitação e qualificação profissional para os assistidos. A estrutura da capacitação profissional baseia-se por meio de treinamento com carga horária mínima de 40 horas/aula consistindo em aulas expositivas e práticas de atendimento ao público, marketing pessoal, empreendedorismo, finanças pessoais e noções básicas de segurança, ministradas respectivamente por profissionais do departamento de Recursos Humanos, por docentes e pelos membros da Divisão de Segurança da universidade.

Com a constituição e formalização do projeto “Tô de Olho”, a universidade além de contribuir com a inclusão social a partir da adoção de práticas responsáveis, contribui diretamente para a segurança de seu entorno, beneficiando em especial seus alunos, funcionários, demais colaboradores, residentes da comunidade circunvizinha à universidade e a sociedade como um todo.

Atualmente, o projeto conta com 43 integrantes, beneficiados diretamente, cujo maior benefício constitui-se de forma demográfica através do crescimento pela via da formação pessoal (nível de instrução) e do crescimento financeiro (renda), além de outros atributos apoiados pela universidade que são convertidos em benefícios, dentre eles o recebimento de fardamento, comemoração de datas especiais como Natal e Ano Novo e a assistência social, isto é, períodos planejados para conversas que têm por propósito resolver eventuais problemas que ocorram ou prejudiquem a dinâmica do projeto. Outrossim, podemos citar que o projeto

conduz também benefícios de maneira indireta a outros envolvidos, isto é, familiares que passam a ser acolhidos pela universidade na forma de outras vantagens advindas do crescimento pessoal e financeiro do agente Tô de Olho e da comunidade em si. Assim seus membros passam a ter a oportunidade de serem acolhidos pelo programa na medida em que as vagas são ofertadas.

Cabe aqui destacar que o projeto foca a inclusão social, ou seja, os integrantes do Tô de Olho não possuem qualquer vínculo empregatício junto à universidade, existindo apenas uma relação de cooperação por meio da assistência social pessoal e comunitária. Em termos legais, o projeto Tô de Olho segue os princípios de Responsabilidade Social, respeitando as questões normativas e legais exigidas pelo Estado, bem como as questões éticas e morais inerentes à inclusão social.

Dessa maneira, o projeto Tô de Olho proporciona a cada um de seus agentes beneficiados mudanças comportamentais e novos aprendizados inerentes ao trabalho que desempenham. Em essência, as atribuições de um agente Tô de Olho estão segmentadas a partir da cordialidade perante toda a comunidade acadêmica, bem como a participação de reuniões e treinamentos previstos pelos gestores do projeto.

O projeto Tô de Olho vem proporcionado um crescimento de ordem coletiva segundo os princípios da Responsabilidade Social, no qual os benefícios ultrapassam as barreiras individualistas, privilegiando a esfera da comunidade, isto é, constituindo a formação de virtudes, que segundo MacIntyre (2001) se constitui inicialmente por amizade e se consolida no exercício de atividades cooperativas voltadas a perseguir o bem comunitário, ou seja, o bem comum, que em outras palavras se dá pela realização do bem especificamente humano.

Em concordância a um dos pioneiros da teoria do capital humano, Mincer (1958), bem como reafirma o estudo de Viana e Lima (2010), observou-se a existência de uma relação entre investimento em capital humano – na formação de agentes “Tô de olho” – e distribuição de renda pessoal, uma vez que a renda advinda do trabalho “mudou a vida de um bocado de gente. Mudou a vida de um bocado de flanelinha” (Flanelinha 5, 26). “Minha renda melhorou (...) porque eu vivia nas esquinas e hoje eu tô aqui nos ‘carrim’. Daqui, eu ‘manto’ meu filhos. O rango, tudo é daqui mesmo” (Flanelinha 2, 38).

Além disso, em consequência do desenvolvimento econômico individual, percebeu-se uma melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores, ressaltada por Viana e Lima (2010) como decorrente do investimento em capital humano, considerando que “agora dá pra comer e dá pra tirar um dia pra ir pra pizzaria, levar minha filha pra um parquezinho” (Flanelinha 5, 26).

Conforme consta nos discursos de Almeida e Pereira (2000) e Andrade (2000), a ascensão na produtividade e renda dos trabalhadores a partir do capital humano está associada ao aprimoramento de habilidades e à melhoria no nível de educação. Essa associação fica evidenciada nesta fala: “Aqui a gente aprende muita coisa. A gente aprende a ser amável, a ser educado com as pessoas. (...) Eu tô conhecendo coisas que eu não conhecia sobre carro. Não é todo mundo que sabe olhar um carro, que sabe orientar pra manobrar e estacionar” (Flanelinha 3, 33).

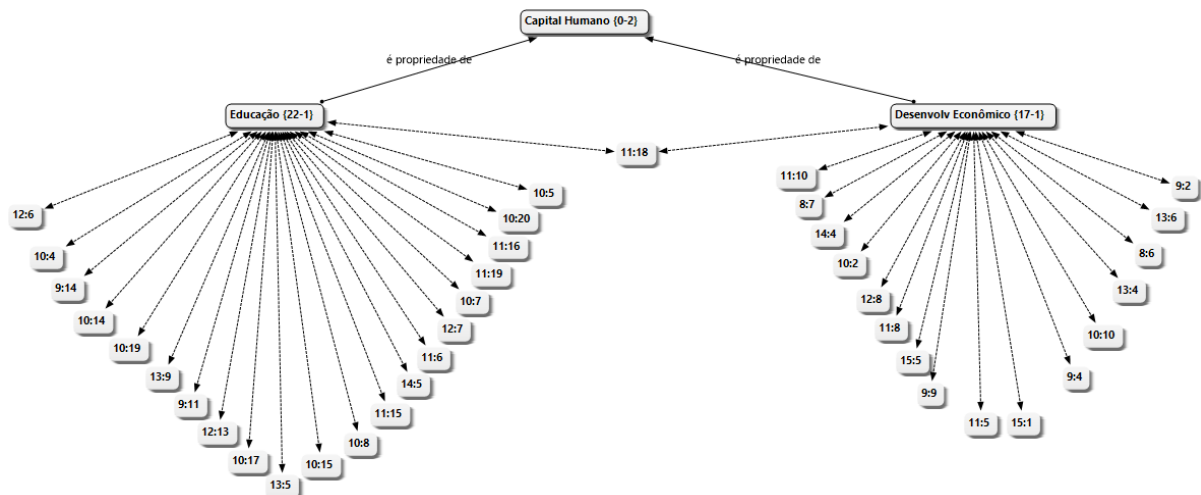
Vale acrescentar que, de acordo com o que explana Becker (1993), o capital humano também deve ter como base o investimento em saúde. Para o autor, gastos médicos são essenciais para o rendimento do indivíduo e têm relevância equiparada a investimentos em educação, como é possível observar na fala seguinte:

“Se um agente Tô de olho quiser fazer algum curso, aí a gente tem mais uma facilidade porque a gente tá aqui no meio. Se a gente tiver também precisando de algum médico, é só a gente falar com o

supervisor do projeto, e ele encaminha a gente. Então, eu acho que isso aí, pra gente, é muito bom porque, hoje em dia, a saúde tá muito precária” (FLANELINHA 03, FEMININO, 33).

Uma característica emergente das entrevistas, não previamente estabelecida na teoria, diz respeito à autoestima percebida nos profissionais assistidos pelo programa social, que pode estar associada ao capital humano. Observa-se esse aspecto nas falas: “Sou mais capacitado. Eu perdi mais a vergonha que eu tinha, né? Eu era muito encabulado, eu acho. Agora não sou mais” (Flanelinha 6, 20). “A gente fica mais conhecido... o povo passa aqui, fala com a gente” (Flanelinha 7, 44). “Teve uma aluna que chegou aqui com e mãe e disse ‘olha aí, mãe, é ele que cuida do meu carro bem direitinho’” (Flanelinha 2, 38).

**Figura 1 – Códigos, fundamentação empírica e relações de capital humano**



Fonte: Dados da pesquisa por ATLAS Ti versão 7.2.

Com relação ao capital social, acredita-se que, no cenário da pesquisa, essa dimensão pode ser observada, considerando o conceito de Bourdieu (1985) de que capital social é um agregado de recursos reais e potenciais relacionados à posse de uma rede duradoura de relações mais ou menos institucionalizadas e de reconhecimento mútuo.

O artigo seminal de Salanek Filho (2007), que segue o referido conceito, destaca alguns componentes base do capital social. Entre esses, a rede de relacionamentos estabelecida grupos sociais, também identificada entre os flanelinhas do projeto, uma vez que “o ‘tô de olho’ vem trazendo muitas amigas novas com o pessoal da faculdade e, dessas amigas, tem gente que é dono de loja, aí ‘desenrola’ um emprego fixo, pra poder melhorar a renda (Flanelinha 1, 18).

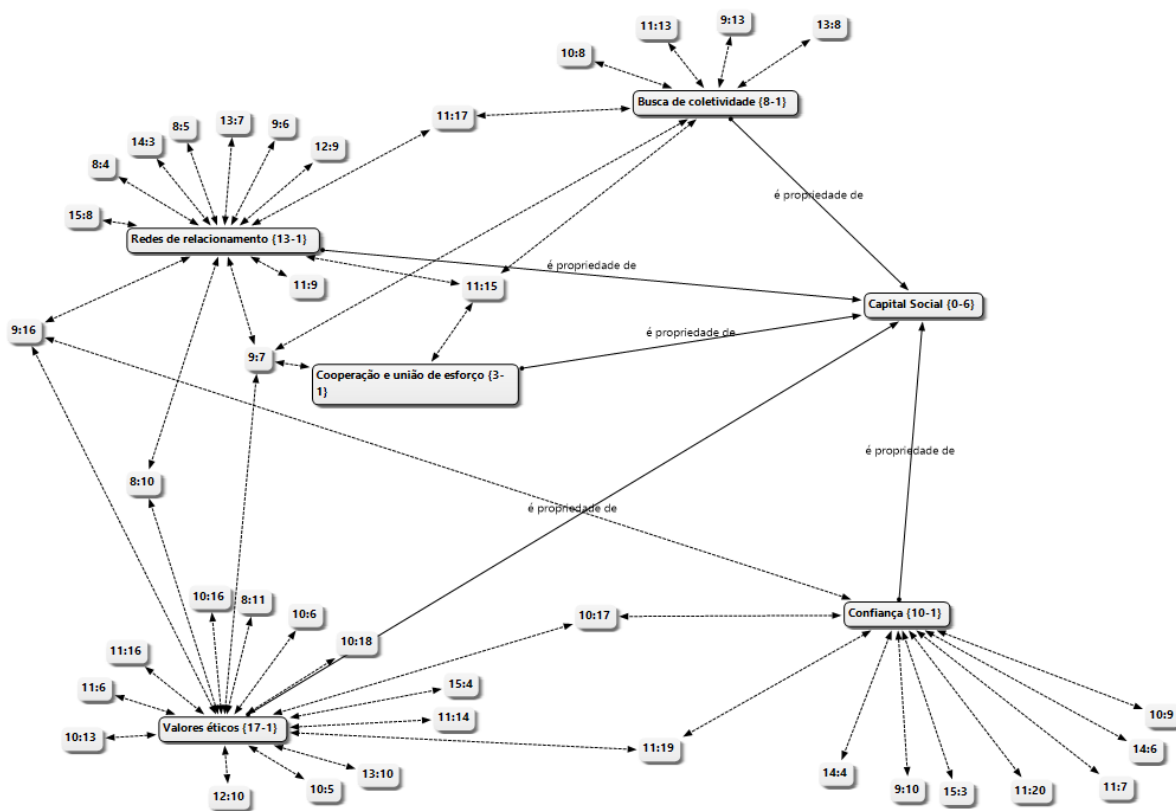
Ademais, os altos níveis de confiança são outro componente do capital social ressaltado por Salanek Filho (2007) e pelos flanelinhas abordados no campo empírico, conforme explanado nos seguintes discursos: “Os alunos, eu acho que eles ficam tranquilos porque eles já deixam os carros pensando nos ‘tô de olho’, né? Depois do projeto, mudou muita coisa. Mais confiança, né? (Flanelinha 7, 44). “Tem gente que deixa a chave do carro só em a gente conversar... Os alunos saem ‘avechado’ e diz ‘pega a chave aí, dá uma geral aí por dentro’. Deixa a chave, deixa o carro desengatado (Flanelinha 4, 35).

Ainda, com base na teoria, o capital social implica na cooperação e união de esforços entre os membros de um tecido social (MONDRAGON; MATA; CALDERON, 2011) e na

busca por coletividade (ALBAGLI; MACIEL, 2003). Também, no cenário da pesquisa, “os companheiros do ‘Tô de olho’, um ajuda os outros. É assim: cada qual tem o seu lado pra vigiar, né? Aí, quando eu preciso sair mais cedo, aí eu falo com outro colega e peço a ele pra cobrir a minha parte. Aí quando é ele, eu cubro a parte dele quando ele pede, mesmo, às vezes, eu sem poder” (Flanelinha 3, 33).

Em concordância ao que Mondragon, Mata e Calderon (2011) indicam na teoria, o capital social, no campo empírico, promove valores éticos, identificados a partir dos seguintes discursos: “Aqui, se nós encontrar alguma coisa de aluno, nós entrega. Já encontrei muita coisa aqui. O aluno veio procurar, e nós entregamos (Flanelinha 05, 26). “Não pode cobrar nada dos alunos. Se quiser dar, tudo bem, mas, mesmo eles não dando, a gente pede pra estacionar melhor, a gente ajuda... De qualquer forma, eles dando ou não (Flanelinha 4, 35).

**Figura 2 - Códigos, fundamentação empírica e relações de Capital Social**



Fonte: Dados da pesquisa por ATLAS Ti versão 7.2.

Quando solicitado aos entrevistados que descrevessem alguma situação marcante vivenciada enquanto agentes Tô de Olho, observou-se em dois dos casos mencionados aspectos relacionados ao capital humano, através de educação e de autoestima, e ao capital social, a partir das categorias de confiança, redes de relacionamento e valores éticos:

Um homem chegou, abriu um carro... aí eu falei: ‘Ei, macho, não abre esse carro não, que esse carro não é teu não, é de uma mulher’. Aí ele falou: ‘Mas é da minha mulher, é da minha namorada’. Aí eu falei: ‘Mas, não, saia... telefone pra ela’. Né não? Se foi a mulher que chegou, vai sair um homem? Aí ele ligou pra ela, chamou ela, ela veio e disse: ‘Não, amigo, ele é meu namorado’. Aí ela disse o quê? ‘Você trabalhou bem comigo! Trabalhou bem porque não deixou ele sair’. Aí depois o cara

ainda me deu cinco reais e disse assim: ‘Você foi o primeiro flanelinha que não deixou eu sair no carro. Parabéns! Continue assim, fazendo seu trabalho bem feito!’ Vou sempre me lembrar desse dia (Flanelinha 2, 38).

Teve uma vez que a mulher estacionou o carro aqui, só que ela esqueceu o vidro aberto. Quando um aluno deixa um carro aberto, a gente tem que ficar 24 horas ‘ligado’ porque a responsabilidade toda é nossa, todos os bens que tiver no carro, tudo que acontecer com o carro, com certeza eles vão correr pra gente porque é a gente que toma de conta. Só que o carro tava com um papel de venda com o número. Aí eu liguei pra ela vir fechar. A responsabilidade da gente aqui é dobrada. Independente de aluno chegar e não quiser falar com a gente. Muitos deles chegam e não querem baixar nem o vidro, mas o trabalho é um só (Flanelinha 4, 35).

Por fim, como sugestão para a melhoria do programa, os entrevistados, em unanimidade, falaram sobre a possibilidade de receber benefícios de alimentação, como almoço e cesta básica. “Como é uma empresa grande, podia chegar aqui e nos ajudar com uma cesta básica, com alimentação, com uma quentinha, um almoço, uma janta. Porque tem vários turnos... Eu sei que sobra quentinha aí... Agora nunca chega aqui nas nossas mãos. É difícil chegar” (Flanelinha 7, 44).

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo teve como questão orientadora “qual a perspectiva do profissional assistido pelo programa Tô de Olho à luz das teorias de capital humano e capital social?”. Partiu-se de um estudo empírico que trouxe resultados que contribuem para os campos acadêmico e prático.

Como contribuição teórica, os achados desta pesquisa trazem indícios de que investimentos em capital humano propiciam situações favoráveis à autoestima dos indivíduos, aspecto não identificado em nenhum dos estudos aqui referenciados ou nas bases de periódicos pesquisadas.

Embora o programa explorado nesta pesquisa seja reconhecido na comunidade local, não foram encontrados estudos científicos prévios que visassem investigar a perspectiva dos profissionais assistidos, tampouco os aspectos teóricos inerentes a sua prática. Dessa forma, o estudo contribui para a continuidade e melhoria do programa, uma vez que apresenta resultados empíricos que podem auxiliar coordenadores e demais profissionais envolvidos. Ademais, a exposição de programas sociais no campo teórico possibilita e incentiva a replicação de atividades similares em diferentes contextos sociais.

A pesquisa revelou dados e informações ricos, uma vez que esta se caracteriza como uma temática relevante na atualidade. Dessa maneira, as discussões conceituais e empíricas foram trabalhadas adequadamente a fim de proporcionar resultados coerentes, bem como abranger reflexões futuras para novos estudos.

A pesquisa permitiu maior compreensão sobre projetos de responsabilidade social, em especial do projeto Tô de Olho como uma ação responsável que apresenta resultados significativos para a sociedade, além de destacar categorias teóricas como capital humano e social, relacionadas com a estrutura e os resultados do projeto. A pesquisa revelou também uma relação positiva da responsabilidade social com as categorias de capital humano e capital social no tocante aos assistidos do projeto Tô de Olho, como foi possível constatar pelas entrevistas realizadas com os agentes e os responsáveis pela execução do projeto, por meio de análise empírica em profundidade na qual foram detectados indícios significativos de que o projeto permite o desenvolvimento humano e social.

Os resultados encontrados puderam definir a importância do projeto Tô de Olho para seus assistidos, possibilitando o desenvolvimento e o crescimento social individual e comunitário. Em outras palavras, o projeto contribuiu significativamente para a melhoria da qualidade de vida dos participantes diretos e indiretos, isto é, de toda a comunidade acadêmica, pois permite o acesso às ações sociais tais como a educação e a segurança, exemplos esses fortemente destacados na pesquisa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, E. P. de; PEREIRA, R. S. Críticas à teoria do capital humano: uma contribuição à análise de políticas públicas em educação. **Revista de Educação**, vol. 9, nº 15, 2000.

BECKER, G. S. **Human capital**: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. 3rd edition. USA: The University of Chicago Press, 1993, 390 p. Disponível em: <<http://papers.nber.org/books/beck94-1>>. Acesso em: 17 abr 2015.

BOURDIEU, P. **The forms of capital**, in J. G. Richardson (org.), Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education, New York, Greenwood, 1985, pp. 241-58.

CAIXETA, J. E.; SOUSA, M. A. Responsabilidade social na educação superior: contribuições da psicologia escolar. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, vol. 17, nº 1, 2013, pp. 133-140.

CALDERÓN, A. I. Responsabilidade social universitária contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior (ESTUDOS)**, vol. 24, nº 36, Jun. 2006.

CALDERÓN, A. I.; PEDRO, R. F.; VARGAS, M. C. Responsabilidade Social da Educação Superior: a metamorfose do discurso da UNESCO em foco. **Interface**, vol. 15, nº 39, Oct./Dec. 2011.

CARROLL, A. B. A Three-Dimensional Conceptual Model of Corporate Performance. **Academy of Management Review**, vol. 4, nº 4, 1979, 497-505.

\_\_\_\_\_. The Pyramid of Corporate Social Responsibility: Toward the Moral Management of Organizational Stakeholders. **Business Horizons**, Jul./Aug. 1991.

\_\_\_\_\_. Corporate social responsibility. **Business & Society**, vol. 38, nº 3, Sep. 1999, pp. 268-295.

\_\_\_\_\_. Corporate Social Responsibility: A Three-domain approach. **Business Ethics Quarterly**, vol. 13, nº 4, Oct. 2003, pp. 503-530.

CARROL, A. B; SHABANA, K.M.; The Business Case for Corporate Social Responsibility: A Review of concepts, research and practice. **International Journal of Management Reviews**, 2010, pp. 85-105.

COLEMAN. J. **Social capital in the creation of human capital**. Chicago: University of Chicago, 1988.

\_\_\_\_\_. **Foundation of Social Theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990. Disponível em: <<http://sisphd.wikispaces.com/file/view/Coleman-Foundations+of+Social+Theory-ch+12.PDF>>. Acesso em: 30 abr 2015

Davis, K. Can business afford to ignore social responsibilities? California, **Management Review**, v. 2, pp. 70-76, 1960.

DELORS, Jacques (Org). **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez/Brasília: MEC: UNESCO, 1998.

DIAS SOBRINHO. J. Educação Superior, globalização e democratização. Qual universidade? **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, pp. 164-173, 2005.

DUARTE, Gleuso Damasceno; DIAS, José Maria Martins. **Responsabilidade social: a empresa hoje**. Rio de Janeiro: Editora S/A, 1998.

GARRIGA, E.; MELÉ, D. Corporate Social Responsibility theories: mapping the territory. **Journal of Business Ethics**, vol. 53, p. 51-71, 2004.

GOMES, Adriano. **A responsabilidade e o social: uma discussão sobre o papel das empresas**. São Paulo: Saraiva, 2007.

INEP. Sinopses estatísticas da educação superior – graduação. Brasília, 2011. Disponível em < <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 07 nov. 2011.

MACINTYRE, A. **Depois da virtude: Um estudo da teoria moral**; Bauru: Edusc, 2001.

MINCER, Jacob. Investment in human capital and personal income distribution. **Journal of Political Economy**, v. LXVI, n. 4, p. 281-302, 1958. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/1827422?uid=2134&uid=392630201&uid=2&uid=392630191&uid=70&uid=3&uid=60&purchasetype=article&accessType=none&sid=21106252306831&showMyJstorPss=false&seq=8&showAccess=false>>. Acesso em: 10 abr 2015.

PEREIRA, R. S. Responsabilidade Social na Universidade. **Revista Gerenciais**, vol. 2, 2003, pp. 113-125.

SCHWARTZ, M. S.; CARROLL, A. B. Corporate Social Responsibility: A Three-domain approach. **Business Ethics Quarterly**, vol. 13, nº 4, Oct. 2003, pp. 503-530.

SILVA, Christian Luiz da; LOURENÇO, Marcus; SALANEK FILHO, Pedro. **Capital social e cooperativismo no processo de desenvolvimento sustentável local: Teorias e Aplicações ao Caso da Cooperativa Bom Jesus – Lapa/PR**. Curitiba. 30º Enanpad. Setembro/2006. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-eorc-2945.pdf>>. Acesso em: 15 abr 2015.

SOUZA FILHO, M. **Capital humano em educação: uma visão crítica da concepção neoliberal**. Natal: IFRN, 2010. Disponível em: <[http://www.senapt.cefetmg.br/galerias/Anais\\_2010/Artigos/GT3/CAPITAL\\_HUMANO.pdf](http://www.senapt.cefetmg.br/galerias/Anais_2010/Artigos/GT3/CAPITAL_HUMANO.pdf)>. Acesso em 15 abr 2015.

VIANA, G.; LIMA, J. F. de. Capital humano e crescimento econômico. **Interações**, Campo Grande, v. 11, n. 2 p. 137-148, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v11n2/a03v11n2>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

WOOD, D. J. Corporate Social Performance Revisited. **Academy of Management Review**. Vol. 16, n. 1, 1991, pp. 691-718.